

Análise da institucionalização da inclusão na Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências/CE: presença e voz das mulheres na tomada de decisões

Ocleciano de Souza Costa¹
Keyla Cristina Egashira Mendes de Souza²

Resumo

O presente artigo pretende tratar de experiências com inovações democráticas de Graham Smith identificadas no desenho institucional e nas práticas político-culturais da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências/CE. A conceituação de Graham Smith sobre inovações democráticas funciona como lente para enxergarmos as inovações ocorridas na Comunidade Quilombola do Alto Alegre no período de 2004 a 2010, quando esta comunidade se reconheceu como remanescente de quilombo, e passou a lutar por políticas públicas destinadas à política da igualdade racial. E as mulheres do quilombo protagonizam todas as conquistas enfrentando atitudes sexistas e machistas contrárias ao seu protagonismo. Como método de apropriação e execução da categoria smithiana, além do estudo bibliográfico, realizamos análise documental e entrevistas semiestruturadas com mulheres ativistas na comunidade. Entre as considerações que apontamos está o esforço das mulheres quilombolas que gritam para validar suas participações para além da presença, buscam serem ouvidas e valorizadas no processo de tomada de decisões na comunidade.

Palavras-Chave: Inovações Democráticas; Mulheres Quilombolas; Políticas Públicas.

1. Introdução

A participação social, efetiva, com presença e voz dos grupos mais diversos que compõem a sociedade brasileira, na tomada de decisões por políticas públicas, é um dos desafios da democracia representativa brasileira. O modelo representativo tradicional está obsoleto e, na era da informação, torna-se cada vez mais imperativo que mecanismos diretos de participação sejam viabilizados (MARTINS e MARTINS, 2020).

A Constituição Federal de 1988 prevê alguns dispositivos para a participação direta cidadã, mas entre o texto constitucional e a implementação prática, há um abismo a ser transposto, além de não ser despendendo refletir sobre a implementação de novas formas de participação, além daquelas já dispostas na Carta Magna.

A Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências/CE (ARQUA), inovação democrática legitimada pelo Decreto n. 4.887/2004, que regulamenta o art. 216, da Constituição Federal, tem como escopo implementar direitos e visibilizar a luta das comunidades tradicionais excluídas, sobretudo, buscando políticas de igualdade étnico-raciais e de classe. Nessa medida, a ARQUA se coloca como uma instituição da sociedade

¹ Doutorando em Políticas Públicas; Universidade Federal do Paraná – UFPR; Curitiba, Paraná, Brasil; oclecionosousa@yahoo.com.br.

² Mestra em Políticas Públicas; Universidade Federal do Paraná – UFPR; Curitiba, Paraná, Brasil; keylac.egashira@gmail.com.

civil que pretende ecoar as vozes dessas comunidades, para romper a impermeabilidade dos espaços da política formal, fazendo chegar suas demandas por políticas públicas e, dessa forma, viabilizar a participação política direta das cidadãs e dos cidadãos que a integram.

Não se trata, pois, de uma inovação democrática conduzida por, ou com, suporte do poder público, como seriam os conselhos de políticas públicas, as audiências públicas ou mecanismos de votação, como o referendo ou o plebiscito. A ARQUA é uma instituição formal, com regras e normas de conduta e de participação interna, composta unicamente de cidadãs e cidadãos que pertencem às comunidades tradicionais de Alto Alegre, Cajueiro da Malhada, Alto da Estrela, Alto da Boa Vista e Vila Nova e Base, no Município de Horizonte/CE e, que, após deliberar em conjunto, decidem por conduzir, ou não, suas agendas ao poder público.

Diversos são os desafios enfrentados pela Associação, desde fomentar o interesse e a confiança das comunidades, passando por dificuldades de ordem econômico-financeira dos membros e da própria instituição para sua manutenção, que incluem obstáculos de digitalização, imperativos na era da informação, para que as agendas possam, enfim, irromper, de modo efetivo, para os espaços formais da política e culminar na formulação e implementação de políticas.

No contexto social, histórico e cultural contemporâneo, após 34 anos de vigência do texto constitucional, o desafio proposto neste artigo circunscreve-se a analisar como se apresentam o desenho institucional e as práticas político-culturais internas à Associação, para a produção da inclusão das mulheres, com esteio no modelo analítico de Graham Smith (2009) e como outros bens democráticos podem contribuir para a presença e voz delas na tomada de decisões, tendo como hipóteses iniciais que, a inclusão é parte constitutiva da vivência cidadã e que, apesar de partilharem das mesmas identidades subalternizadas dos homens, as mulheres enfrentam adicionalmente o desafio da desigualdade de gênero, no interior da comunidade quilombola analisada.

O objetivo é, pois, analisar o desenho institucional e as práticas político-culturais da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências/CE, com supedâneo na teoria de Graham Smith, para a produção da inclusão – presença e voz – das mulheres na tomada de decisões.

Para tanto, propõe-se como metodologia, a busca na teoria da pesquisa qualitativa o suporte para análise do bem democrático da inclusão. Como pilar do estudo bibliográfico, adota-se o modelo analítico proposto por Graham Smith (2009), em diálogo com autores que

trabalham participação política feminina³ e interseccionalidade⁴. Como técnicas de coleta de dados utiliza-se a análise documental (Ata da última eleição para a Executiva e Estatuto da Associação) e entrevistas semiestruturadas com mulheres que compõem a ARQUA.

Procura-se dialogar com as vozes dessas mulheres, que, embora compartilhem entre si – e com os homens – demandas comuns referentes ao racismo estrutural, exclusão e pobreza, são, elas próprias, diversas, cada qual com suas vivências, histórias e afetos, que são as lentes pelas quais enxergam os desafios de presença e voz na tomada de decisões pela Associação. O presente estudo, portanto, não tem a pretensão de exaurir possíveis soluções para o desafio que se coloca, senão, em verdade, pretende através do exemplo de uma instituição que reúne em seu bojo uma comunidade já excluída das arenas formais da política tradicional, iluminar o sexismo estrutural que forja as relações sociais.

Para tanto, primeiramente, serão apresentados os conceitos-chave que norteiam a pesquisa e, notadamente, o modelo analítico proposto por Graham Smith, além de algumas indicações acerca do debate sobre participação político-institucional feminina e suas limitações. Na sequência, será apresentado desenho institucional da ARQUA, a partir do qual será possível inferir maior ou menor tendência à inclusão das mulheres. Por fim, apresentadas as entrevistadas, com breve discussão entre suas impressões, traduzidas nas falas, e a presença e voz delas na tomada de decisões na Associação, em cotejo com o quadro de Smith.

2. Desenho institucional e inclusão: o modelo de Graham Smith e os desafios à participação político-institucional das mulheres

Instituições, segundo leciona Huáscar Fialho Pessali (2015), são hábitos coletivos de pensamento e ação, sistemas de normas e regras sociais duráveis que estruturam as interações sociais. De acordo com o autor (2015), às instituições podem ser *formais* (Estado, partidos políticos, conselhos municipais, casas legislativas, em que há alguma forma de explicitação de normas e regras, geralmente escritas) ou *informais* (como clientelismo, patrimonialismo, sexismo e racismo estruturais, práticas sem necessária representação física e que, nem por isso estão imunes a hierarquias). Na medida em que consubstanciam os hábitos e regras sociais que regem interações entre indivíduos com racionalidade limitada e, nessa medida, influenciam o comportamento das pessoas e os padronizam para reduzir as incertezas ambientais decorrentes da diversidade de racionalidades (limitadas) de seus integrantes

³ Como Céli Regina Jardim Pinto (PINTO, C. R. J. Paradoxos da Participação Política da Mulher no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.49, mar/mai 2001), Flávia Biroli (BIROLI, F. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018) e Luis Felipe Miguel (BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014).

⁴ Como Carla Akotirene (AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Jandaíra, 2019).

(PESSALI, 2015), na democracia, as instituições são ambientes de atuação democrática dos cidadãos.

É possível pensar em instituições que fomentem a participação política dos cidadãos na tomada de decisões. A essa análise se dedica Graham Smith (2009), cuja teoria ilumina o presente artigo. E a partir de seu quadro analítico, é imperativo delinear os conceitos-chave do autor para: inovação democrática, desenho institucional, bens democráticos e inclusão (presença e voz).

De saída, cumpre localizar Smith como professor, britânico, que redige a obra- mestre que costura este trabalho, *Democratic Innovations: designing institutions for citizen participation*, no ano de 2009. Ao localizá-lo ao Norte do globo e situar sua teoria temporalmente, ressalva-se que data de período anterior ao processo de restrição democrática global (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018). Desde um olhar do Sul, dado o contexto de desilusão e de certa apatia e descrença políticas, contemporâneos, urge ainda mais pensar em desenhos institucionais inclusivos que incentivem a participação.

Graham Smith (2009) admite que existem diversas formas de participação política, formais e informais, porém, foca seu modelo nas instituições e em seus desenhos, mais do que nos cidadãos. Cunha a expressão *Democratic Innovations*⁵ para definir as instituições que tenham sido especificamente desenhadas para aumentar e aprofundar a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões políticas (SMITH, 2009). Para isso, busca exemplos que difiram da formatação institucional tradicional das democracias industriais avançadas, como o voto popular ou consultas públicas restritas, privilegiando avaliar o potencial democrático de diferentes desenhos institucionais, como o Orçamento Participativo implementado em Porto Alegre/RS (SMITH, 2009).

O autor (2009) constrói seu modelo a partir de uma abordagem mais ecumênica, que integra as preocupações de diferentes posições na teoria democrática e, por isso, o quadro analítico resultante é, segundo ele, passível de aplicação em uma gama maior de desenhos institucionais, assim viabilizando um cotejamento entre variadas instituições visando concluir pelas que apresentam maior (ou menor) potencial democrático. Esse potencial, para Smith (2009), considera a participação democrática institucionalizada e para ser mensurado, demanda análise dos aspectos práticos, factíveis, das inovações democráticas, sem se perder em abstrações.

⁵ Livremente traduzida para Inovações Democráticas.

Essa avaliação pode ser realizada na medida em que são produzidos os bens democráticos, qualidades desejáveis das inovações democráticas, quais sejam, quatro bens explícitos: inclusão, controle popular, julgamento ponderado e transparência; e dois bens complementares: eficiência e transferibilidade⁶ (SMITH, 2009, tradução nossa). *Inclusão* se relaciona com a equidade política e como ela é realizada sob os aspectos da presença e da voz; *controle popular* diz com a medida em que os cidadãos conseguem influenciar os diferentes aspectos da tomada de decisões; a compreensão por eles dos aspectos técnicos e das perspectivas dos demais membros de um grupo ou da sociedade, refere o *julgamento ponderado*; *transparência* concentra a reflexão em quão abertos são os procedimentos adotados, para os participantes da instituição e para o público em geral; *eficiência* determina análise de custos da participação, tanto para os cidadãos quanto para o poder público e, por fim, se um desenho pode inspirar outras instituições ou operar em diferentes contextos políticos, haverá apreciação do grau de *transferibilidade* (SMITH, 2009).

O presente artigo debruça-se precipuamente sobre a produção da *inclusão* das mulheres, na tomada de decisões pela Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências. Adota-se, pois, a abrangência conceitual desse bem democrático, proposta por Smith (2009), segundo a qual, a inclusão não é meramente quantitativa, não bastando que houvesse paridade numérica entre participantes homens e mulheres na instituição. Segundo os céticos, a inclusão seria irrealizável, ante as diferentes taxas de participação entre os grupos e considerando que poucos são os cidadãos que se engajam com regularidade⁷ (SMITH, 2009).

Podem as inovações democráticas institucionalizar incentivos efetivos para a participação por cidadãos de diferentes grupos sociais? É o que pergunta Smith (2009). Assumindo que é possível responder afirmativamente à questão, para fins do presente artigo, cumpre questionar subsidiariamente se desenhos institucionais podem incentivar a redução das iniquidades de gênero na participação no seio *do mesmo* grupo social?

Smith (2009) sustenta, de partida, que a inclusão depende da justiça na seleção de regras e procedimentos institucionais. Uma primeira conclusão, irrefletida, poderia sugerir que se as instituições fossem abertas a todos, a inclusão seria mais assegurada, todavia, na

⁶ Expressões originais: *inclusiveness, popular control, considered judgement, transparency, efficiency e transferability*.

⁷ Os céticos exemplificam esse argumento referindo-se a diferentes taxas de participação em eleições, especialmente onde o voto não é obrigatório e em consultas públicas, nas quais a participação é geralmente de quem já é politicamente interessado ou engajado no tema. Assim, simplesmente ampliar as oportunidades de participação poderia reforçar as já existentes influências e poder dentro da instituição e, na prática, a inclusão não se realizar (SMITH, 2009).

esteira da crítica dos céticos, diante da oportunidade de participar, verificam-se diferentes taxas de engajamento entre os grupos e, portanto, deixar essa escolha, de participar ou não, simplesmente à mercê de opções individuais, não tornaria a participação equitativa, mas poderia replicar iniquidades previamente existentes (SMITH, 2009). Faz-se imperativo, portanto, dedicar atenção não apenas aos aspectos formais de seleção. O desenho institucional inclui as regras informais (AVRITZER, 2008), que refletem nas práticas institucionais e no quanto elas têm o condão de motivar o engajamento dos diferentes grupos sociais, garantindo que um determinado recorte não seja marginalizado ou excluído da participação (SMITH, 2009). Nesse ponto, a teoria de Smith conversa com Luis Felipe Miguel (2014, p. 94), quando afirma ser “necessário incorporar expressamente os grupos marginalizados no corpo político, ‘empurrá-los’ para dentro, rompendo a inércia estrutural que os mantém afastados dos espaços decisórios”.

Saliente-se, por oportuno, que a despeito dos desafios de presença, de acordo com Tatiana Ramalho da Silva (2022), atual Vice-Presidente da ARQUA, a Associação conta com aproximadamente 200 membros, sendo em torno de 150 mulheres (informação verbal)⁸, indicando que não se pode supor um mero desinteresse das mulheres por política(s). A presença numérica delas costuma ser preponderante nas reuniões relativamente à dos homens, porém, são desafiadas pela validação dessa presença, como no episódio em que o Presidente, querendo cancelar uma reunião por impossibilidade de comparecimento, foi substituído pela Vice e os membros homens não quiseram reconhecer a validade do ato, causando angústia nas mulheres que, ao lado dela, o conduziram (informação verbal) (SILVA, 2022).

As normativas e as práticas institucionais devem assegurar a presença e a voz. É nesse segundo aspecto que Smith (2009) esclarece que a mera paridade numérica entre os grupos, não basta à equidade de vozes, notadamente se considerados os grupos politicamente marginalizados. Em que medida o desenho institucional, pergunta o autor (2009), provê aos cidadãos oportunidades substantivamente equitativas para expressar suas visões e serem ouvidos e o quanto têm as mesmas chances de afetar o resultado em termos de tomada de decisões?

Por regra, algumas contribuições são privilegiadas em detrimento de outras. As desapaixonadas, racionais, emanadas de representantes de grupos dominantes, mais lapidadas em termos de técnicas de oratória e convencimento, tendem a ser as vozes proeminentes com maior impacto nos resultados, razão da importância de que as instituições encorajem a voz

⁸ De acordo com a entrevistada, não haveria meios de especificar essa informação (entrevista: 11 de março de 2022).

daqueles que têm menos experiência ou possam se sentir intimidados (SMITH, 2009). Uma possibilidade prática seria dividir os grupos de trabalho, alocando num mesmo todos os representantes proeminentes, haja vista que, se houver um deles em cada grupo, é provável que os resultados sejam condicionados às suas visões (SMITH, 2009).

Além de haver expressa previsão normativa, portanto, no âmbito deste estudo, constata-se que os aspectos formais devem se refletir nas práticas institucionais, mediante técnicas eficientes para assegurar a equidade de gênero, empurrando as mulheres para dentro do corpo institucional e, uma vez dentro, publicizando suas vozes de modo a garantir que as demandas por ela apresentadas não sejam relegadas para a esfera das agendas privadas. E mais, que elas se sintam representadas nos resultados da tomada de decisões. Para que se institucionalizem normas e práticas inclusivas de gênero, é preciso que a instituição conheça os desafios à participação político-institucional enfrentados pelas mulheres.

Há barreiras diversas para a participação político-institucional feminina, decorrentes da socialização de gênero e da (falta de) condições para que a ambição política delas se manifeste (BIROLI, 2018), sendo mais evidentes, quanto mais identidades subalternizadas se sobrepuserem sobre os mesmos corpos. Essas barreiras são traduzíveis na essência do *slogan* feminista “o pessoal é político”, que joga luz sobre o insulamento doméstico, os serviços e o cuidado que compõem a ideia de “dupla jornada” de trabalho e que reduz o tempo disponível para a vida pública (MIGUEL, 2014). O público, como *locus* da cidadania, pertence aos homens e o privado, da família, é das mulheres (PINTO, 2001) e, mesmo que a entrada delas no mercado de trabalho, as tenha exposto aos espaços públicos, segundo sustenta Silvia Federici (2019), em vez de lhes trazer autonomia, aumentou a opressão, porquanto a divisão sexual do trabalho e do cuidado, na esfera doméstica, não foi alterada e representa, segundo Flávia Biroli (2018), um limite à própria democracia.

As dificuldades enfrentadas por mulheres para participação, segundo a categoria *presença* definida por Smith, portanto, passam a título exemplificativo, por: tempo de engajamento reduzido devido ao acúmulo do trabalho extra-lar com as tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas; horários de reuniões; com quem deixar filhos para poder participar; segurança e transporte para os locais de reunião. Seguindo a intenção do próprio Smith (2009), se desenhos institucionais forem pensados para aumentar o engajamento de um público marginalizado politicamente, medidas poderão ser adotadas para compensar essas dificuldades aumentadas que enfrentam, assim viabilizando uma participação numérica mais abrangente. Poder-se-ia cogitar de horários não-comerciais, creches para crianças ou mesmo auxílio transporte.

O racismo e o sexismo são, todavia, estruturais (ALMEIDA, 2021), o que determina não apenas proporcionar condições externas à participação quantitativa feminina. Nota-se, inclusive, que as próprias mulheres da ARQUA se organizaram para tentar transpor essas barreiras, compondo em número preponderante o grupo.

Impede assegurar a paridade de voz internamente aos espaços deliberativos. Essa equidade passa pela busca de uma relação horizontal entre os representantes, com posições de poder na instituição e as representadas, e dos representados e representadas entre si, a fim de que as preferências sejam resultantes de uma construção coletiva (MIGUEL, 2017). Nessa senda, é possível cogitar de outras barreiras à participação político-institucional feminina, como o tom de voz grave (masculino) relacionado à ideia de autoridade, a potência dos discursos dos grupos dominantes em se apresentarem como universais, relegando pautas de mulheres ao lugar de demandas “específicas” (MIGUEL, 2014), sem prejuízo da violência política, formal e simbólica, de que são vítimas aquelas que, apesar dos desafios, conseguem participar.

Ainda, a busca pela paridade numérica não basta, se não houver a participação político-institucional delas enquanto “sujeito político construído a partir de sua condição como mulher em relação às outras posições políticas e identitárias presentes no campo político” (PINTO, 2001, p. 107). Em outras palavras, pautas das mulheres não são universais, na medida em que inexistente um sujeito feminino universal⁹. Há um essencialismo potencial subjacente a essa pretensão, que torna implícito que as mulheres, apenas por serem mulheres, apresentariam idênticos interesses, porém, nem todas manifestam comprometimento com as pautas de gênero e/ou posições sociais (MIGUEL, 2014), sendo possível que o sexismo, na medida em que é estrutural e forja as relações sociais, influencie mulheres para que atuem esperando reconhecimento a valorização pelos outros homens, vistos como ocupantes de posições de poder superiores¹⁰.

A inclusão, enquanto bem democrático a ser produzido pelas inovações democráticas, portanto, deve considerar os desafios reais enfrentados por grupos à margem, *in casu*, das

⁹ Sobre a quebra da visão universalizante do sujeito feminino, ver, dentre outras: DAVIS, A. *Mulheres, Raça, Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016; AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

¹⁰ Simone de Beauvoir, expoente da segunda onda feminista, em 1949, já constatava a frequência das alianças das oprimidas com os opressores, por acreditarem extrair vantagens de tal cumplicidade e o receio de perdê-las (BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009). Essas mulheres que, todavia, buscam reciprocidade nessas alianças, quando na esfera política, acabam sendo relegadas ao ostracismo imediatamente após se tornarem desnecessárias no entendimento do grupo dominante.

mulheres, e pode, no limite, valer-se da conjugação com outros bens democráticos para resultar em ampliação da presença e da voz delas no espaço institucional.

3. O desenho institucional da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências/CE

O Estatuto da ARQUA (2005), registrado em 25 de julho de 2005, dispõe sobre os hábitos e regras sociais que regem as interações entre indivíduos nesse espaço e, nessa medida, influenciam o comportamento dos associados e os padronizam para reduzir as incertezas ambientais decorrentes da diversidade de racionalidades de seus integrantes (PESSALI, 2015), o que permite classificá-la como instituição *formal*. Traz normativas gerais que definem o grupo étnico-racial que representa, qual seja, a comunidade negra quilombola, propriamente, as comunidades tradicionais de Alto Alegre, Cajueiro da Malhada, Alto da Estrela, Alto da Boa Vista e Vila Nova e Base, no Município de Horizonte/CE, bem como prevê dentre seus objetivos, a elaboração e sugestão de políticas públicas que atendam a elevação da autoestima e o desenvolvimento socioeconômico e cultural (ARQUA, 2005). O Estatuto (2005) dispõe, ainda, sobre prestações de serviços aos associados, preservação do patrimônio artístico, cultural, ambiental e assistência social. Nota-se que, enquanto instituição, preconiza justamente o combate às diversas formas de discriminação, relativamente à comunidade externa e das quais são vítimas seus membros (ARQUA, 2005).

A ela podem se associar aqueles que tiverem a intenção deferida pela Diretoria Executiva e, uma vez associados, instituição formal que é, passam a lhes ser previstos direitos, deveres e sanções (ARQUA, 2005). Compõe-se de: (i) Assembleia Geral, órgão soberano, que se considera formado com a presença mínima de 50% dos associados; (ii) Diretoria Executiva, composta por Presidente, Diretor Superintendente e Diretor de Finanças, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos, permitida uma recondução; (iii) Conselho Fiscal, composto por três membros e um suplente, eleitos pela Assembleia Geral e (iv) Conselho Consultivo, formado das pessoas mais idosas da Associação (ARQUA, 2005).

Para eleições, o Estatuto prevê cota mínima para candidatura de mulheres, dispondo que as chapas devam assegurar ao menos a terça parte de membros do sexo feminino (ARQUA, 2005), embora não disponha acerca de mínimo de membras efetivamente eleitas, compondo os órgãos de direção. Saliente-se que, alterações estatutárias somente poderão ser realizadas mediante decisão pela Assembleia Geral (ARQUA, 2005), o que tornaria necessário que, outras normas inclusivas de gênero, fossem aprovadas por esse corpo de associados.

Ao analisar a Ata da última eleição para Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, datada de 26 de junho de 2021, verificou-se um aumento de cargos em relação ao constante do Estatuto, para os quais houve certa paridade numérica entre homens e mulheres eleitos: o Presidente é homem, a Vice, mulher; dentre os 07 membros da Diretoria, 04 são mulheres; já os cargos do Conselho Fiscal ficaram todos para homens (ARQUA, 2021). Embora se note que os cargos diretivos e fiscalizatórios ligados às áreas financeira e de desenvolvimento econômico ficaram com homens e as relacionadas a recursos humanos e saúde da mulher, com representantes do gênero feminino, do que se poderia cogitar alguma divisão sexual de papéis reproduzida do lar para o espaço público, é inegável que, numericamente, houve alguma inclusão.

O que se buscará investigar, ato contínuo, pela técnica da pesquisa qualitativa, consubstanciada em entrevistas semiestruturadas com as mulheres que participam da Associação, é se essa relativa paridade numérica, lhes assegura equidade de voz na tomada de decisões.

4. Gritos e silêncios das mulheres quilombolas do Alto Alegre e Adjacências: uma breve exposição do método e dos resultados das entrevistas

O presente artigo, que tem o modelo analítico de Graham Smith e, propriamente, o potencial institucional para a produção do bem democrático *inclusão* como marco teórico, recebe contribuições de teorias sobre a participação político-institucional feminina e dedica-se ao estudo do desenho institucional da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências e sua propensão a proporcionar a presença e a voz das mulheres, na tomada de decisões.

As associadas e os associados partilham de dores comuns, resultantes da discriminação étnico-racial e, a organização institucional, em torno de uma Associação formalmente constituída, é um caminho de participação política que dá visibilidade às suas demandas e pode culminar no encaminhamento de projetos de políticas públicas a serem implementadas pelos gestores nas arenas formais da política. Reúne mais do que as dores e as demandas comuns àqueles que buscam romper as barreiras do racismo estrutural (ALMEIDA, 2021), mas para emprestar a análise de Jessé Souza (2021), pode ser um espaço para fomento da autonomia refletida e consciente, na dimensão individual (dos associados) e social, fortalecendo-os como grupo. Todo racismo buscará reprimir e silenciar esse processo de autodeterminação e reflexividade e, por isso, a articulação institucional poderá dar relevância

pública às experiências de sofrimento e humilhação, geralmente relegadas aos espaços privados (SOUZA, 2021).

Embora em unidade de desígnios, comuns à comunidade negra quilombola, que justamente pretende visibilizar (mediante a inclusão de suas demandas nas políticas públicas a serem implementadas), no interior do seio institucional as experiências de inclusão – presença e voz – não são equitativas entre homens e mulheres. A luta contra um opressor comum, não assegura que outras identidades vulnerabilizadas não o sejam, também, dentro da instituição.

Constatou-se que o Estatuto prevê cotas para mulheres candidatas aos cargos de direção e que, ao menos na última eleição, tais cargos tiveram ocupação praticamente paritária entre os gêneros masculino e feminino. Para cotejar o desenho institucional (e suas práticas) com o modelo de Graham Smith, entretanto, é necessário ir além da mera contagem numérica dos cargos representativos, para analisar a presença efetiva das mulheres nas assembleias, que são abertas a todos os associados, conjecturando se apenas a oportunidade de participar basta para que lá estejam, desafiando o que disseram os céticos, de que a oportunidade atrairia apenas uma parte já engajada do grupo e replicaria iniquidades prévias (SMITH, 2009). Ainda, é imperativo investigar se a voz delas têm equidade com as demais ou se grupos privilegiados, seja pela oratória desapaixonada, seja pela voz grave ou pelo verniz de tecnicidade de seus discursos, acabam sobrepujando as visões das associadas. Por fim, se elas têm a mesma chance de influenciar a tomada de decisões, independentemente de comporem cargos diretivos.

A fim de promover essas investigações, optou-se pela realização de pesquisa qualitativa, consistente em entrevistas semiestruturadas com associadas da ARQUA, optando por selecionar mulheres com experiências, vivências e afetos divergentes entre si, a partir do fundamento de que, entre elas próprias, há diferenças significativas de visões, consideradas suas demais localizações sociais (que extrapolam a de mulheres negras e quilombolas). Embora as diversas identidades subalternizadas se inter cruzem nos mesmos corpos (AKOTIRENE, 2019), as demandas e as visões resultantes divergem e, nessa clivagem identitária, é que se buscaram as respostas às questões acima elencadas.

O grupo de entrevistadas foi composto por mulheres negras de três gerações, selecionado como parte integrante de outros grupos que compõem um estudo de caso, parte empírica do projeto de doutoramento em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná de um dos autores, que analisa o Programa Brasil Quilombola no Ceará, e no momento, todas as entrevistas estão submetidas ao Comitê de Ética em pesquisa em Ciências

Humanas. As entrevistas seguiram as exigências da Resolução n. 510/16 – Conselho Nacional de Saúde, que trata de normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Todas as mulheres entrevistadas são de pura resistência, em que as marcas guardadas nos lugares da memória¹¹ da luta pela sobrevivência material, simbólica e ancestral denunciam o fôlego e a energia viva necessários para seguirem adiante ou se refazerem, se for o caso, e recomeçarem as batalhas incessantes pela concretização dos direitos humanos e da cidadania constitucionais. São as vozes de Ryanna Costa do Vale, esteticista e ativista; Isadora Alexandre Lopes, universitária e ativista; Francisca Marleide do Nascimento, pedagoga, diretora da Escola Quilombola Olímpio Nogueira Lopes, ativista e presidente do Conselho de Igualdade Racial de Horizonte; Maria Dasdores Costa do Vale, conhecida apenas como Dasdores e como será tratada doravante, agente de saúde, membra da Diretoria da ARQUA e ativista; Rosimar Augostinho Costa, agricultora e membra da Diretoria da ARQUA e Tatiana Ramalho da Silva, Vice- Presidente da ARQUA e ativista. Seus relatos, por opção de respeito ético à integridade discursiva, serão apontados, na própria linguagem, por vezes, coloquial, das entrevistadas. Ressaltamos que as entrevistas realizadas são consideradas, por estas mulheres, conquistas do lugar de fala, são celebrações por poderem delimitar seus lugares de presença e voz no território do engajamento político e na tomada de decisões.

Percebe-se que, nos últimos anos, principalmente, a partir da Constituição de 1988¹² que legitimou as lutas e abriu espaços para implementação das políticas públicas mais específicas que visem a igualdade étnico-racial e, também, da criação do Programa Brasil Quilombola em 2004¹³, as mulheres negras intensificaram seus gritos na busca pela efetiva inclusão através da participação, com presença e voz na tomada de decisões. Aqui, pretende-se resgatar um pouco dessa história de luta e engajamento político através das entrevistas realizadas em momentos diferentes vivenciados na comunidade.

Logo de partida, fomos conduzidos à revisitação da narrativa dita “oficial” da história da comunidade. Esta narrativa veio de imediato devido ao tom sexista atribuído ao discurso

¹¹ Lugar de memória é um conceito desenvolvido em *Les Lieux de Mémoire*, obra dirigida por Pierre Nora (de 1984 a 1992). A expressão se relaciona à memória coletiva, à história e ao patrimônio cultural. É possível localizar, em português, tradução parcial de Yara Aun Houry (NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 01 mai. 2023).

¹² A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), consagra às comunidades de quilombolas o direito à propriedade de suas terras.

¹³ O Programa Brasil Quilombola compreende um conjunto de ações, denominada “Agenda Social Quilombola” (Decreto n° 6.261/2007), voltadas para a melhoria das condições de vida e ampliação do acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem em comunidades de quilombos no Brasil.

sobre Nego Cazuzu ter casado com uma índia, entretanto, esta personagem foi violentamente apagada da narrativa oficial. Logo, percebe-se quão forte é o silêncio imposto ao gênero feminino na comunidade com relação a presença e voz na história. Quando perguntadas sobre a participação da mulher na construção da narrativa histórica da comunidade o grupo das entrevistadas rapidamente se dividiu em opiniões, questionamentos, insatisfações diversas, com a forma pela qual a história é reproduzida e transmitida, principalmente, para as novas gerações:

Nego Cazuzu chegou escravizado lá na Barra do Ceará veio nos navios que traziam os africanos e aí ele foi um dos que fugiu que conseguiu fugir, né, e aí eles contam que ele veio até a cidade aqui a cidade de Pacajus, que na época nem era Pacajus ainda, né, mas ele veio para essa região e aí é, ele foi pego, houve uma tentativa de matar Cazuzu, né, amarraram Cazuzu num, eles até falam, é muito legal quando eles dizem que tentaram amansa-lo né (...) (informação verbal) (NASCIMENTO: entrevista 07 de julho 2021).

Deste relato, que vem sendo reproduzido de geração em geração, não se pode negar o mérito do escravizado Cazuzu, que traz consigo as raízes da ancestralidade africana, os valores, os hábitos, as matrizes religiosas que, ainda hoje, gritam por espaço para expressar a voz e a presença na comunidade. Não apenas uma entrevistada, mas todas, em unanimidade, entretanto, gritaram para romper o silêncio imposto a elas, sobre o qual foi construída a narrativa oficial da história quilombola do Alto Alegre. Todas questionam o caráter, que na contemporaneidade, é definido, quando se refere às relações de gênero, como sexista e machista que perpassa as relações interpessoais e tem efeitos na tomada de decisões na Associação e que, de certa forma, deixa claras as frentes de lutas das mulheres quilombolas. Em nenhum momento a presença da mulher indígena é percebida. embora tenha sido a responsável pela fixação do Nego Cazuzu na região por razão do casamento. A narrativa “oficial” ceifou a personagem indígena. Vejamos esta fala:

Eu acredito, que assim, a gente vem de uma comunidade onde ela foi inicialmente, a história conta, que ela foi criada por um homem, né? Mas a gente também, às vezes, esquece que ela também foi criada por uma mulher, uma mulher indígena. Então, a gente, em alguns momentos, deveria ressaltar mais isso. Ressaltar que não surgiu só de um homem. Porque quando a gente chega nessa parte de contar a história a gente vê que há Cazuzu e tal, mas quem estava com Cazuzu? Quem é, deu os frutos? Sabe da nossa comunidade? (informação verbal) (VALE: 03 de fevereiro de 2022).

A presença feminina sempre foi marcante na construção da história quilombola. Ela está presente nas lutas pela terra, pela preservação da ancestralidade, dos costumes e manifestações religiosas como marcas de resistência e de busca da valorização identitária. Tal qual no Brasil, historicamente, a presença e a voz femininas foram silenciadas nas narrativas

tradicionais, como leciona Raymundo Faoro (1958), somos uma sociedade patriarcal, de prevalência dos interesses masculinos, na qual o poder prioritariamente é exercido pelos indivíduos que “demonstram”, entre outros atributos do homem, a força física como símbolo da superioridade entre os gêneros. Na história, esse quadro se consolidou como modelo de sociedade patrimonialista, traduzido nas bagagens das relações políticas e sociais dos ibéricos. Dos espaços privados, das relações domésticas, o patriarcalismo expandiu-se para as instituições dos espaços públicos e se tornou patrimonialismo, transformando os traços das relações privadas em marcas das relações políticas nos espaços públicos, proporcionando as condições históricas para o desencadeamento das relações sexistas e machistas, preponderantes na privacidade da casa e transbordadas para as instituições públicas.

A condição de subalternidade imposta às mulheres só se embrutecia no que se refere à mulher negra: para além do enfrentamento diário das agruras dos serviços braçais e da violência, destacou-se a violência sexual, por parte de muitos proprietários de pessoas escravizadas; Elas, ainda assim, resistiram, resistem e persistem na luta pela sobrevivência e na preservação identitária.

Na contemporaneidade, mulheres engajadas assumem a causa de combater o patriarcalismo e o sexismo, somando-se aos movimentos sociais de luta pela cidadania e contrariando o modelo posto de sociedade machista que prevalece na história social brasileira. E, como espaço das vivências das relações sociais, lugar das históricas lutas dos povos tradicionais, e *locus* de cidadania, a Comunidade Quilombola do Alto Alegre, além de inserida nesse contexto nacional de combate a prevalência do patriarcalismo e do patrimonialismo, enfrenta os desafios internos derivados das questões de gênero e raça, das tensões pela disputa do poder de tomar decisões e pela afirmação da capacidade técnica de gerir as políticas públicas destinadas à comunidade. O desafio é ainda maior para a delimitação do espaço de presença e voz ativa das mulheres como frentes de enfrentamentos. É o que infere os excertos das entrevistas que seguem:

Meus filhos, a primeira escola dos meus filhos, quando meus filhos começaram a estudar foi debaixo de um cajueiro, aqui não tinha nada. Nada! só mato e as casinhas de taipa. Somente, quem tinha uma casinha de taipa tudo bem, quem não tivesse tinha uma casinha de palha, era só o que a gente tinha. Ai quando, a gente não estudava, tinha colégio, mas que nós era nego, nós não podia se misturar com os brancos né? Tinha que ser separado né? (informação verbal) (COSTA: 03 de fevereiro de 2022).

Na fala da senhora Rosimar Augustinho Costa, sentimos a inversão entre o conteúdo da narrativa “oficial” da história quilombola e a narrativa de uma senhora que mostra pelas

marcas e lugares da memória, suas experiências enquanto sujeito construtor da história de um povo guerreiro, que na sua simplicidade e submissão suportada, carrega o peso do racismo e da discriminação durante toda a vida. Por esse tempo, época de juventude dessa senhora, era inimaginável considerar a mulher negra, sujeito de poder para participar com presença e voz na tomada de decisões naquele espaço de extrema subalternidade feminina. Mesmo assim, considerando o trabalho em tempo integral nas atividades domésticas, construção das casas, lida na roça e até na defesa da terra, as mulheres eram cruciais, apesar dos esforços sistemáticos em silenciá-las e enclausurá-las nos lares.

A minha bisavó, que é a mãe da Fatinha (...) foi a primeira merendeira daqui da nossa região. E aí o que que eles fizeram? Pessoas brancas contam a história da minha vó sem a nossa participação na família, entendeu? Mas como minha tia e minha avó não tem o conhecimento de dizer assim, olha tá errado pessoas brancas terem propriedade ou acharem que tem em cima de uma história de uma pessoa preta, entendeu? Porque a história é contada assim, é como se fosse um favor, como se estivesse sido um favor a minha avó ter trabalhado para eles para não passar fome, ou trabalhar o dia todo em troca de um quilo de farinha, um pouquinho de sal, entendeu? (informação verbal) (VALE: 03 de fevereiro de 2022).

Assim, Ryanna Costa do Vale denuncia o silêncio imposto às suas ancestrais. Como menina negra ativista, universitária, ciente dos combates do seu povo, grita pela liberdade de lutar pela participação e voz das mulheres na história do quilombo. Luta para conquistar seu lugar na tomada de decisões no espaço comunitário. E faz isso tendo como referência sua historicidade. Tendo como motivadoras, as marcas registradas nos lugares da memória da sua mãe e da sua avó, que as transmitem para ela e para seus parentes das novas gerações, os quais sucedem na responsabilidade da batalha constante por direitos. Ryanna faz concretizar o alargamento participativo dentro da comunidade, trazendo a discussão relacionada ao empoderamento feminino, a questão de gênero, os direitos do público LGBTQI+ entre outras frentes, que mais cedo ou mais tarde, forçarão uma maior abertura à participação feminina com direito de presença e voz na tomada de decisões da Associação Comunitária.

No começo da Associação não é, não existia o prédio, aí era nas casas umas das outras, tudo mais, aí depois teve a organização de documentos e quando vem para parte de documentos nem todo mundo tem a capacidade, hoje o Cícero tem, hoje o Cícero é muito estudado pra isso né? Aí veio a parte da documentação, a parte que a associação passou a ser reconhecida, porque até então não era reconhecida e não sabia que existia Quilombola, só então depois que foi 05 de maio, ...13 de maio de 2005, pois é, que aí veio ser reconhecida né? Através de uma professora, essa professora já faleceu, que começou ver esse estudo, aí veio o INCRA, tudo mais. Mas que assim a é essa associação que a mãe fala de moradores sempre realmente já existiu, mas que não era registrada e não era como quilombola ainda, depois que veio... (informação verbal) (DASDORES: 03 de fevereiro de 2022).

Percebe-se, pela fala da senhora Dasdores, que a própria fundação da Associação foi conquista de uma mulher, professora da comunidade, que tomou conhecimento dos direitos constitucionais e das políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas, e, juntamente com outras mulheres, fez parte do grupo articulador da legalização da Associação da Comunidade Quilombola. O silêncio imposto sobre a atuação das mulheres, além de decorrer da cultura machista e sexista do local, segundo a qual somente os homens poderiam estar à frente, foi motivado, também, pelo poder público local, que tomou para si a função de articular e organizar os trâmites legais para a legitimação da Associação. Inverteu-se, assim, mais uma vez a narrativa de quem verdadeiramente faz a história dos quilombolas do Alto Alegre. Ainda hoje, é reproduzida a atitude de excluir a participação efetiva da mulher mediante o silenciamento da voz, já que pela presença, há maioria feminina dentre as pessoas associadas à ARQUA.

Certa vez eu cheguei em uma Conferência, fui convidada para uma Conferência tal e tal, na ARQUA né? E aqui ainda tem esse pensamento assim que as mulheres daqui só nasceram para duas coisas, ou para as cozinhas ou para ter menino e eu sou revoltada com isso. E você sabe por quê? Porque assim, é os sonhos...é...é... das meninas é aquela escadinha e, quando completa quatorze anos engravidou acabou e não é assim. Ai eu estava nessa bela Conferência né? E eu sempre ouvindo, rapaz, as mulheres daqui ela é incapaz. Não trabalhavam em, assim, num trabalho melhor porque não estudavam, tal, tudo isso. Então, eu comecei a escutar, sabe e eu fiquei logo revoltada. Estava eu e a Tatiana e outra menina e eu ouvi aquilo entalada, e ai eu falei assim, - amiga eu num vou levar nunca mais isso para casa – ela disse você vai falar o que? Eu disse, eu vou falar (...) eu me levantei e eu falei – esse é meu grito de socorro, meu grito de independência, nunca mais, nunca mais eu ouvirei alguém dizer que essa comunidade, que essas mulheres dessa comunidade não têm capacidade ... (informação verbal) (DASDORES: 03 de fevereiro de 2022).

Nesta fala, a senhora Dasdores deixa ecoar seu grito de libertação, de protesto, de “basta” ao silêncio perpétuo imposto às mulheres. Deixa transparecer que, daquele momento em diante, a causa do direito de presença e de voz se tornou bandeira de luta. E, principalmente, de ser o que bem entender, o que a tomou de impulso e se tornou pulsante, levando-a a educar suas filhas e a todas as adolescentes da comunidade para não mais aceitarem o silêncio como condição feminina na comunidade.

Percebe-se, nessas falas, que as mulheres do quilombo possuem muitas frentes de lutas. Além do combate ao racismo e à discriminação, inadmissíveis no Estado Democrático de Direito, o combate ao sexismo e ao machismo, que continuam excluindo das práticas cidadãs diárias as mulheres negras, que gritam por socorro e que ecoam nos movimentos sociais contemporâneos. Nessa senda, exsurge nelas a defesa, não só da presença, mas, também, da voz ativa, dentro e fora da comunidade. Essa luta deve marcar a necessidade da

quebra do silêncio imposto às mulheres pela voz masculina no espaço institucional. Foram unânimes as vozes das entrevistadas questionando o silêncio imposto a elas, no que se refere às suas participações na tomada de decisões institucionalizadas. Incomoda bastante, às mulheres quilombolas, o silenciamento no que toca à hora de assinar documentos como responsáveis ou representantes da comunidade. Elas são encarregadas de realizar todo o processo de formulação e sistematização da burocracia e de levá-lo ao poder público com a respectiva tomada de decisões. Questionam, entretanto, o fato de sempre ser sugerida a elas a atuação nos bastidores, fazendo o trabalho, construindo a luta, vivenciando os desafios cotidianos, enquanto, na grande maioria das vezes, são os homens que recebem os aplausos.

Nos trechos citados acima, os caracteres sexista e machista são denunciados como prática social institucionalizada, reproduzidas no interior da Associação e por instituições do poder público local, em visita a comunidade. Quando Dasdores (2022) relata que, em uma Conferência, ouviu alguém reproduzir a ideia de que as mulheres do quilombo nasceram somente para a cozinha ou para ter filhos, a entrevistada usa da situação para dar o grito exigindo inclusão da mulher negra como cidadã, como sujeito de direitos, para escolher o que ela quiser ser, sem amarras ou imposições preconcebidas. A entrevistada segue, em outros trechos da entrevista, afirmando sua tomada de decisão no sentido de que suas filhas jamais passem por situações impostas por esse pensamento sectário de gênero. Na atualidade, sua filha Ryanna Costa do Vale (2022), também uma das entrevistadas, está na Universidade, ativista e, juntamente com muitas outras meninas do quilombo, como Isadora Alexandre Lopes (2022), também ativista, adotaram como bandeira a formação superior e buscam se engajar nas lutas nacionais do movimento negro brasileiro.

Quando foi sugerido o debate sobre a participação, através da presença e voz das mulheres quilombolas, logo as entrevistadas confirmaram que ocorre essa inclusão formal, entretanto, devido ao sexismo estrutural subjacente, que ainda influencia a tomada de decisões, fica clara a prevalência das falas masculinas, institucionalmente, nos documentos oficiais. Segundo a Vice-Presidente da Associação dos Remanescentes Quilombolas do Alto Alegre e Adjacências, Tatiana Ramalho da Silva (2022), mesmo a grande maioria dos associados sendo do gênero feminino, em torno de 75% (informação verbal), é difícil impor a voz das mulheres como preponderantes.

Estou como vice-presidente né? E sempre é... colaborando e ajudando aqui. E eu nunca trabalho sozinha, eu sempre trabalhava juntamente com a Dasdores, né? Que é outra pessoa que a gente sempre tava aqui trabalhando em conjunto. E, e nesse período é...na diretoria hoje nós temos... sou eu, Dasdores, Rosimar, Fatinha e a Saiara né? Como mulheres e, é... a diretoria é composta por treze pessoas né? São

cinco são mulheres (...) isso, isso, né? E assim, é... a gente sente né? a diferença, é... como você tava comentando antes, com, assim, a gente faz o trabalho, mas assim, na hora do reconhecimento realmente há ainda essa questão do homem né? O papel do homem na sociedade a gente sabe que isso é uma construção social e que por mais que a gente esteja mudando né? Essa, essa, essas circunstâncias a gente sabe que é um processo lento né? E ainda mais quando se trata de mulher, aí mulher negra, preta retinta e quilombola né? Então você vai colocando aí né? os parâmetros, e, você ver a... a diferença de tratamento né? Mas mesmo assim é... a gente continua na luta né? (informação verbal) (SILVA: 11 de março de 2022).

Entre as frentes de luta de Tatiana Ramalho da Silva, em combate ao comportamento sexista e machista, ela investe, e acredita na educação das crianças quilombolas através de um material pedagógico voltado para a valorização do povo preto retinto. Ela mesma produz livros infantis, entre eles, há o personagem Cazuzinha, que conta narrativas que resgatam a história do quilombo e do povo do Alto Alegre e, ao mesmo tempo, participa do movimento nacional dos povos tradicionais como uma forma de enriquecer o diálogo político entre as comunidades e partilhar com seu povo as aprendizagens referentes ao direito à cidadania (informação verbal) (SILVA, 2022).

5. Considerações finais

Escrever sobre participação, considerando a presença e a voz como formas de inclusão da mulher nas comunidades tradicionais e, mais especificamente, pensar a inclusão via participação efetiva institucionalizada (AVRITZER, 2008) nas comunidades quilombolas, é um desafio apinhado de controvérsias, de modo que não é viável apresentarmos conclusões genéricas válidas sobre o tema. Para cumprir o objetivo de analisar o desenho institucional e as práticas político-culturais da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências, conjecturou-se sobre algumas opiniões dadas pelas próprias mulheres, sistematizadas e apresentadas à luz da teoria de Graham Smith, para a produção da inclusão via participação pela presença e voz delas na tomada de decisões.

Percebe-se que as mulheres quilombolas estão gritando pelo alargamento dos espaços de presença e voz femininas na tomada de decisões, lutando pela inclusão através da participação delas com a presença e voz ativa. Voz politizada, com conhecimento técnico necessário para produzir respostas às demandas políticas e para elaboração e implementação das agendas das políticas públicas específicas dos povos tradicionais.

Essas mulheres estão desbravando os caminhos apontados por Graham Smith (2009), quando sustenta que, para além dos aspectos formais de seleção, deve haver motivação para o engajamento dos grupos sociais, evitando que restem marginalizados ou excluídos da participação. Nota-se, todavia, que esse processo de engajamento passa ao largo do desenho

institucional, das normas formais e informais e das práticas que resultam dessas normas, mas decorrem da própria ação e interesse *delas* e que, ao fim e ao cabo, geram participação numericamente superior, porém, não culminam em influência paritária na tomada de decisões.

Isto posto, acredita-se que, a inclusão das mulheres quilombolas na tomada de decisões a partir da participação com suas presenças e vozes de maneira institucionalizada, ainda não ocorre plenamente, mas, é possível esperar que, em breve, elas estarão nos lugares que desejam, influenciando e tomando as decisões que lhes caberão, livres das restrições patriarcais que espriam os pensamentos misóginos, sexistas e machistas.

A luta delas é sempre pautada nos princípios da inclusão, que se relaciona com a equidade política, controle popular como mecanismo da garantia da efetiva presença e voz, além do fortalecimento do processo de tomada de decisões, quando elas buscam através do domínio do conhecimento técnico e formação universitária abrir espaço para o exercício do julgamento ponderado, criando a necessidade da transparência e eficiência no planejamento das políticas públicas destinadas a Comunidade. Este é, contudo, um processo de alargamento e de inflexões, que requer luta e resistência, qualidades que essas mulheres já demonstraram ter o bastante para os enfrentamentos históricos e diários.

Referências

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALMEIDA, S. L. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ARQUA. *Estatuto da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências*, Horizonte, 25 jul. 2005.

ARQUA. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária para Eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências*, Horizonte, 26 jun. 2021.

AVRITZER, L. *Instituições Participativas e Desenho Institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático*. Opinião Pública, Campinas, v.14, n. 1, jun. 2008. p. 43-64.

BENTO, C. *O Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BIROLI, F. Feminismos e Atuação Política. In: BIROLI, F. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. Cap. 5.

CARNEIRO, S. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COSTA, R. A. Rosimar Augustinho Costa: entrevista. Entrevistador: Ocleciano de Souza Costa, Horizonte, 03 fev. 2022.

DIAS, H. C. Teoria Marxista e Ideologia da Negritude: encontros e desencontros. *Universidade e Sociedade*, n. 46, Brasília, ANDES-SN, 2010.

FAORO, R. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 3 ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FEDERICI, S. *O Ponto Zero da Revolução*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019. Disponível em: http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/Opontozerodarevolucao_WEB.pdf. Acesso em: set. 2020. Original em inglês.

GONZALES, L. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as Democracias Morrem*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018. Original em inglês.

LOPES, I. A. Isadora Alexandre Lopes: entrevista. Entrevistador: Ocleciano de Souza Costa, Horizonte, 03 fev. 2022.

MARTINS, M. F.; MARTINS, S. Bom governo e transparência. In: TORRUELLA, J. B.; MARTINS, S.; NEBOT, C. P. *Uma Nova Democracia para o Século XXI?* Viçosa: S. Martins, 2020. Cap. 8.

MIGUEL, L. F. Gênero e Representação Política. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014. Cap. 6.

MIGUEL, L. F. Resgatar a Participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. *Lua Nova*, São Paulo, v.100, 2017. p. 83-118.

MOORE, C. *O Marxismo e a Questão Racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MOURA, C. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

MOURA, C. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, C. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, A. *O Quilombismo*. Documentos de uma Militância Pan-Africanista. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, A. *O Genocídio do Negro Brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, F. M. D. Francisca Marleide do Nascimento: entrevista. Entrevistador: Ocleciano de Souza Costa, Horizonte, 07 jul. 2021.

PESSALI, H. F. *Nanoelementos da Mesoeconomia: uma economia que não está nos manuais*. Curitiba: UFPR, 2015.

PINTO, Céli R. J. *Paradoxos da Participação Política da Mulher no Brasil*. Revista USP, São Paulo, n.49, mar/mai 2001.

SANTOS, D. M. Os Quilombolas e sua Inserção nas Políticas Públicas: subsídios à discussão da política de ATER quilombola. *Revista de Políticas Públicas*, vol. 21, n. 2, p. 1019-1043, 2017.

SANTOS, R. E. O Marxismo e a Questão Racial no Brasil: Reflexões Introdutórias. *Lutas Sociais*, vol. 19, n. 34, p. 100-113, 2015.

SILVA, T. R. D. Tatiana Ramalho da Silva: entrevista. Entrevistador: Ocleciano de Souza Costa, Horizonte, 11 mar. 2022.

SOUZA, J. *Como o Racismo Criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, N. S. *Tornar-se Negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SMITH, G. *Democratic Innovations: designing institutions for citizen participation*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009.

VALE, M. D. C. Maria Dasdores Costa do Vale: entrevista. Entrevistador: Ocleciano de Souza Costa, Horizonte, 03 fev. 2022.

VALE, Ryanna C. D. Ryanna Costa do Vale: entrevista. Entrevistador: Ocleciano de Souza Costa, Horizonte, 03 fev. 2022.

Análisis de la institucionalización de la inclusión en la Asociación de Remanentes Quilombolas de Alto Alegre y Adyacencias/CE: presencia y voz de las mujeres en la toma de decisiones

Resumen

Este artículo pretende abordar las experiencias de Graham Smith con las innovaciones democráticas identificadas en el diseño institucional y las prácticas político-culturales de la Asociación de Remanentes Quilombolas de Alto Alegre y Adyacencias/CE. La conceptualización de Graham Smith sobre las innovaciones democráticas funcionó como un lente para visualizar las innovaciones que ocurrieron en la Comunidad Quilombola de Alto Alegre en el período de 2004 a 2010 cuando esta comunidad se reconoció descendiente de un quilombo y comenzó a luchar por políticas públicas dirigidas a política de igualdad racial. Y las mujeres del quilombo son las protagonistas de todas las conquistas, enfrentándose a actitudes misóginas y sexistas contrarias a su protagonista. Como método de apropiación e implementación de la categoría smithiana, además del estudio bibliográfico, se realizó un análisis documental y entrevistas semiestructuradas a mujeres activistas de la comunidad. Entre las consideraciones que mencionamos está el esfuerzo de las mujeres quilombolas que claman por validar su participación más allá de su presencia, buscando ser escuchadas y valoradas en el proceso de toma de decisiones en la comunidad.

Palabras claves: Innovaciones Democráticas; Mujeres Quilombolas; Política Pública.

Analyse de l'institutionnalisation de l'inclusion dans l'Association des Restes Quilombolas d'Alto Alegre et Adjacences/CE: présence et voix des femmes dans la prise de décision

Résumé

Cet article se propose de traiter des expériences de Graham Smith avec les innovations démocratiques identifiées dans la conception institutionnelle et les pratiques politico-culturelles de l'Association des vestiges quilombolas d'Alto Alegre et Adjacences/CE. La conceptualisation de Graham Smith des innovations démocratiques a fonctionné comme une lentille pour voir les innovations qui se sont produites dans la communauté Quilombola d'Alto Alegre dans la période de 2004 à 2010 lorsque cette communauté s'est reconnue comme un descendant d'un quilombo et a commencé à se battre pour des politiques publiques visant à politique d'égalité raciale. Et les femmes des quilombo sont les protagonistes de toutes les conquêtes, face à des attitudes misogynes et sexistes contraires à leur protagoniste. Comme méthode d'appropriation et de mise en œuvre de la catégorie smithienne, outre l'étude bibliographique, nous avons réalisé une analyse documentaire et des entretiens semi-directifs avec des femmes militantes de la communauté. Parmi les considérations que nous avons mentionnées, il y a l'effort des femmes quilombolas qui crient pour valider leur participation au-delà de leur présence, cherchant à être entendues et valorisées dans le processus de prise de décision dans la communauté.

Mots-clés: Femmes Quilombola; Innovations Démocratiques; Politique Publique.

Analysis of the institutionalization of inclusion in the Association of Quilombola Remnants of Alto Alegre and Adjacencies/CE: presence and voice of women in decision-making

Abstract

This article intends to deal with Graham Smith's experiences with democratic innovations identified in the institutional design and political-cultural practices of the Association of Quilombola Remnants of Alto Alegre and Adjacencies/CE. Graham Smith's conceptualization of democratic innovations worked as a lens to view the innovations that occurred in the Quilombola Community of Alto Alegre in the period from 2004 to 2010 when this community recognized itself as a descendant of a quilombo and began to fight for public policies aimed at racial equality policy. And the women of the quilombo are the protagonists of all conquests, facing misogynistic and sexist attitudes contrary to their protagonist. As a method of appropriation and implementation of the Smithian category, besides the bibliographical study, we carried out a documentary analysis and semi-structured

interviews with women activists in the community. Among the considerations we mentioned is the effort of the quilombola women who cry out to validate their participation beyond their presence, seeking to be heard and valued in the decision-making process in the community.

Keywords: Democratic Innovations; Public Policy; Quilombola Women.